



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Diretoria Executiva

Procuradoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 74/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Processo nº: 00064-00000731/2018-66 - FEPECS

Interessado: Fundação de Ensino e Pesquisa em Saúde

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. AQUISIÇÃO DE LEITORES ÓPTICOS. VALOR DA CONTRATAÇÃO EM R\$ 1.080,00 (UM MIL E OITENTA REAIS). LEI 8.666/93. ART. 24, INCISO II. DECRETO DISTRITAL Nº 36.220/2014. PARECER NORMATIVO Nº 726/2008-PROCAD-PGDF. VIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESDE QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES.

Prezada Chefe,

I – Relatório

Trata-se de processo voltado à aquisição de leitores ópticos para atender as necessidades da FEPECS, por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, em razão do baixo valor da contratação.

Instruem os autos, no que importa:

- Termo de Referência 6247992;
- Aprovação do Termo de Referência pelo Ordenador de Despesas 11377905;
- Propostas colhidas e planilha de Pesquisa de Preços - 11383143;
- Informação de Disponibilidade Orçamentária - 11385986;
- Escolha da modalidade de licitação por dispensa de licitação - 11377905;

Vieram os autos a esta PROJUR para análise do processo e apresentação de parecer jurídico, em atendimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

É o relato necessário.

II – Fundamentação

Preliminarmente, evidencia-se que todos os fatos narrados nos autos sejam dotados de presunção de veracidade e, portanto, serão considerados como base para a fundamentação do presente opinativo. Ademais, a presente análise é realizada sob o prisma estritamente jurídico, não adentrando no

mérito de oportunidade e conveniência da contratação, nem nos critérios técnico-administrativos, ínsitos à atividade de gestão.

A Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI, trata da realização de licitação previamente à celebração de contrato administrativo, a fim de atender ao princípio da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa, ressalvados os casos especificados na legislação. Os casos de exceção, em que não se exige o procedimento licitatório, devem ser vistos com as cautelas necessárias, com a atenção aos requisitos da lei.

Rememora-se que o enquadramento da dispensa é matéria adstrita ao gestor, quando verificada a ocorrência de permissivo legal no rol dos arts. 24 ou 25 da Lei geral de Licitações.

O Termo de Referência elaborado contempla o detalhamento do objeto, a justificativa da contratação, a descrição dos serviços, delineando os prazos para sua execução, o critério para escolha do fornecedor, a habilitação técnica exigida, o prazo de vigência do contrato, as obrigações das partes, forma de pagamento, aplicações cabíveis, previsão de acompanhamento e fiscalização, em consonância com o Art. 7º da Lei 8.666/93.

O enquadramento da hipótese de Dispensa de Licitação foi apresentado no Despacho 11390922.

II. I – Da pesquisa de preços.

A finalidade da licitação está esculpida no art. 3º da Lei nº. 8.666/93 dispõe que “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção **da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”(grifo nosso).

Importante destacar que as contratações públicas somente poderão ser efetivadas após estimativa prévia do seu valor, devendo obrigatoriamente ser juntada ao processo de contratação e ao edital (art. 40, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93).

No âmbito do Distrito Federal, a **Lei nº 5.525/2015** veda a realização de compras ou a contratação de bens e serviços, por qualquer das modalidades de licitação, por preço superior à média praticada no mercado, estabelecendo como parâmetros na formatação do preço médio praticado pelo mercado: i) relatório de pesquisa de preço de produtos, com base nas informações da Nota Fiscal Eletrônica – NFe; ii) preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal ou órgãos federais; iii) pesquisa publicada em mídia ou site especializado ou de domínio amplo; iv) pesquisa junto a fornecedores.

Destaca-se o **Decreto Distrital nº 36.220/2014**, publicado no DODF nº 274, de 31 de dezembro de 2014, o qual estabelece o procedimento administrativo e os parâmetros para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

Nesse sentido, registre-se que dentre os parâmetros estabelecidos para a pesquisa de preços, o decreto em comento abarca as contratações efetivadas por outros entes públicos, finalizadas durante os 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa, ou em execução, assim como a pesquisa junto a fornecedores, por meio de proposta escrita, com a indicação da razão social e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa consultada, assinada por seu representante legal, admitindo somente os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

O art. 3º do Decreto em questão determina que o resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo, 3 (três) preços obtidos, podendo ser admitido, justificadamente, como resultado da pesquisa, apenas o menor dos preços obtidos.

No caso dos autos, após estudo de estimativa de preços, apurou-se como valor médio da despesa o valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

Note-se que esta PROJUR não adentrará no mérito da pesquisa de preços realizada, respeitada competência do corpo técnico desta Fundação, e considerando que as planilhas foram aprovadas.

O documento 11385986 atesta a disponibilidade de recursos no orçamento de 2018 para atender a despesa em tela.

II.II – Da dispensa em razão do valor.

Quanto à dispensa de licitação fundada no Art. 24, incisos II, da Lei 8.666/93, a tratar da contratação de serviço de pequeno valor, a Procuradoria Geral do Distrito Federal elaborou o Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF, ao qual foi outorgado efeito normativo por despacho do Exmº Governador do Distrito Federal, publicado no DODF de 16 de abril de 2009, cabendo observá-lo para verificação de compatibilidade do procedimento.

Apontamento inicial diz respeito à atenção que deve ser voltada a se evitar o parcelamento do objeto, uma vez que só se admite a contratação direta quando constatado que todo o objeto a ser contratado está compreendido no mesmo procedimento.

O **Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF** estabelece os seguintes passos para a formalização de contratação direta de serviços de pequeno valor, senão vejamos:

- a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14); **(presente)**
- b) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos casos de obras e serviços (art. 70); **(presente, com a assinatura da UAG no Termo de Referência)**
- c) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art. 7º, § 20, inciso III), os quais deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilha (art. 40, § 2º, inciso II) e respeitar o limite para cada tipo de contratação (art. 24, incisos 1 e II); **(presente).**
- d) autorização da autoridade competente para a realização da despesa (art. 38, caput); **(PENDENTE)**
- e) juntada aos autos do termo do contrato a ser firmado (art. 38, inciso X), se for o caso, o qual deve seguir a orientação descrita anteriormente; **. Tratando-se de aquisição de bens com entrega imediata, possível a substituição do termo de contrato pela Nota de Empenho ou instrumento similar, conforme preconiza o art. 62, caput e § 4º, da Lei nº 8.666/93.**
- f) declaração da autoridade administrativa no sentido de que não há parcelamento da obra, do serviço ou da compra (art. 24, incisos 1 e II); **(ato posterior)**
- g) comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art. 26, caput); **(presente)**
- h) justificativa da escolha do executor do contrato por parte da Administração; **(pendente).**
- i) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato; **(previsto no TR, cabendo à equipe da GEINFO realizar o acompanhamento e ateste do produto).**
- j) previsão de que são aplicáveis ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos. **(presente no TR, entre as obrigações e possibilidade de aplicação de sanções).**

Elencados os procedimentos à realização da Dispensa de Licitação, verifica-se as pendências exigidas para a efetivação de futura contratação. Anotamos que cabe ao Chefe da Unidade

de Administração Geral (UAG/FEPECS), por força da delegação de competência prevista na Instrução nº 14, de 06 de setembro de 2013, emitir o Autorizo para realização da Dispensa de Licitação em razão do valor, apresentando a justificativa para o ato.

Explicitamos ainda que, por se tratar de dispensa fundada no inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93, não é exigível a comunicação à autoridade superior para ratificação e publicação da dispensa em diário oficial, já que tal dispensa não é alcançada pela norma do Art. 26.

Quanto à aferição da Habilitação, convém reforçar a necessidade de indicação dos documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal/trabalhista que devem ser apresentados pela futura contratada, com prévia verificação de autenticidade e validade dos documentos.

Superadas essas questões, poderá ser desencadeado o procedimento para contratação direta, por dispensa de licitação.

Por fim, cabe destacar, que compete privativamente ao Administrador avaliar o contexto fático que propicia o atendimento dos requisitos necessários para a contratação pretendida, verificando a conveniência e oportunidade – mérito administrativo –, carreando nos autos documentos que demonstram a observância das normas jurídicas.

III – Conclusão.

Ante o exposto, e com base na fundamentação traçada, conclui-se pela viabilidade de realização de Dispensa de Licitação, nos moldes do Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, desde que superadas as pedências enumeradas no opinativo.

Breno Lima Barão

Gerente de Contratos e Convênios

GECON/PROJUR/DE/FEPECS

Acolho o **Parecer nº 74/2018 PROJUR**, concluindo que a viabilidade jurídica de prosseguimento da contratação, por Dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, depende do atendimento das recomendações anotadas ao longo do opinativo.

Encaminhe-se à UAG/FEPECS para conhecimento e deliberação quanto à continuidade do feito.

Kelen Cristina de Oliveira

Chefe da Procuradora Jurídica

PROJUR/DE/FEPECS



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 30/10/2018, às 12:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTINA DE OLIVEIRA - Matr.0272702-1,**



Chefe da Procuradoria Jurídica, em 30/10/2018, às 12:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **14478682** código CRC= **EB0F5309**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

2017-2132 RAMAL 6859

00064-00000731/2018-66

Doc. SEI/GDF 14478682